

Relevância e premência da remoção dos entraves aos investimentos públicos

A revista do IPEA, Desafios do Desenvolvimento, em uma de suas últimas edições, insere grande reportagem intitulada “O calvário dos investimentos públicos”, que promove um amplo balanço dos vários entraves aos programas de obras, sobretudo federais, “do excesso de burocracia e formalismo, e do rigor dos órgãos ambientais e de controle na execução dos investimentos”, com base em avaliações de autoridades do Executivo da União, de governos de vários estados e do TCU, bem como de parlamentares e da direção da CBIC, além de técnicos do próprio IPEA.

A matéria começa lembrando a história de mais de um século do projeto de transposição das águas do rio São Francisco, passa a centrar-se nos problemas responsáveis pelo atraso dos empreendimentos ligados ao PAC, com destaque para os da infraestrutura rodoviária, e antecipa os desafios da preparação do país para a Copa da FIFA, em 2014, e em Olimpíadas, em 2016.

Como será o PAC-2? – Para o empresário da construção, a necessidade de enfrentamento efetivo e de superação desses entraves é colocada agudamente, agora, na ordem do dia em face do lançamento pelo presidente Lula neste mês do conjunto de projetos (novos e a serem continuados) do PAC-2.

Na semana passada, em reunião realizada na APEOP – dirigida pelo presidente da CBIC, Paulo Simão, e que teve a participação do coordenador da Comissão de Obras Públicas, Arlindo Moura e do presidente da nossa entidade, Luciano Amadio – foi definido o texto final das propostas do setor à Casa Civil da Presidência da República, cujo objetivo é propiciar um andamento rápido das ações constantes da nova iniciativa governamental.

Através da CBIC e com ações próprias que tem promovido, Luciano Amadio coloca a superação de tais entraves – nos planos federal, estadual e municipal – como uma demanda prioritária da direção da APEOP.

Diagnóstico dos entraves no plano federal – Trecho da abertura da reportagem: “Depois de comparar os valores previstos para investimentos com a execução orçamentária, Mansueto de Almeida, técnico de planejamento e pesquisa do IPEA, conclui que ‘em 2008 o governo investiu menos de 20% do valor autorizado’. “...E o mesmo aconteceu em 2007 – a dotação autorizada no Orçamento Geral da União foi de R\$ 49 bilhões. Desse total, o empenho liberado foi de R\$ 47,56 bilhões. No entanto, no final do ano, o investimento público havia alcançado apenas R\$ 15,8 bilhões, sendo que

Leia os Destaques da Imprensa de hoje no site da APEOP – www.apeop.org.br

INFORME APEOP é produzido pela Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas.

Presidente: Luciano Amadio Filho. Vice-Presidente Adjunto: Carlos Zveibil Neto. Vice-Presidentes: Carlos Armando G. Paschoal, Marcos Prado Borsari, Reinaldo José Kalil Assad, Antonio Viesti, Carlos Alberto M. dos Santos, Roberto Scofield Lauar, José Eduardo da Costa Freitas, Márcio Guedes P. Leite, Marco Antonio Botter, Osvaldo Garcia.

Coordenação Editorial: Carlos Eduardo L. Jorge. Contato: fone (0xx11) 3121.0000 - fax (0xx11) 3121.0009 – e-mail: apeop@apeop.org.br – Home-page www.apeop.org.br.

apenas R\$ 6,88 bilhões correspondiam ao valor autorizado, pois o restante (R\$ 9,95 bilhões) era de restos a pagar de anos anteriores’, informa o técnico Mansueto”.

Mais adiante, depois de dizer que ‘hoje não há falta de recursos’ ele aponta o que atrapalha o investimento público no Brasil: ‘excesso de burocracia decorrente da Lei 8.666, morosidade dos estudos de impactos ambientais e das licenças correspondentes e atuação do Ministério Público’. Ao que outra técnica do IPEA, Patrícia Audi, acrescenta: ‘Os marcos legais precisam ser revisados. A questão não é a flexibilizar ou tornar menos rígidos os controles. É torná-los racionais, sem descuido da legalidade’.

O peso da burocracia segundo o DNIT

– Trechos da entrevista do diretor geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, Luiz Antonio Pagot: ‘Os problemas relacionados aos investimentos estão intrinsecamente ligados à burocracia nacional. Essa burocracia está respaldada num emaranhado de leis, decretos, portarias, avisos ministeriais, instruções normativas, que dificultam extraordinariamente a execução de obras no Brasil. Se nós quisermos dar velocidade na implantação de qualquer programa governamental de investimentos, com certeza temos de mudar leis. Temos que fazer o enfrentamento da mudança de leis’.

“A questão mais complicada, na avaliação do diretor do DNIT, está na área de meio ambiente. ‘Não é possível, por exemplo, que para fazer obras na faixa de domínio da rodovia (que é uma faixa consagrada ao DNIT, regulamentada inclusive no Plano Nacional de Viação) se tenha de ficar solicitando licenças que, às vezes, demoram 24 meses para sair’, reclama Pagot”.

A avaliação da CBIC, rebatida pelo TCU

– ‘Os problemas começam na forma de atuação do TCU’, afirma Carlos Eduardo de Lima Jorge, secretário-executivo da Comissão de Obras Públicas da CBIC – Câmara Brasileira da Indústria da Construção. Que acrescenta: ‘Ao verificar indícios de irregularidades, seja em licitações ou em contratos em execução, o TCU, em vez de recomendar ao Legislativo que tais indícios sejam apurados, praticamente determina a paralisação das obras ou licitações, suspendendo o envio de recursos e divulgando listas de irregularidades através da mídia’.

A incisiva manifestação do representante da CBIC foi contestada pelo presidente do TCU, Ubiratan Aguiar, em um dos trechos da longa entrevista dele sobre os entraves legais aos investimentos públicos. “Segundo ele, somente em último caso o TCU recomenda a paralisação de obras. ‘O foco é o controle preventivo, até porque é mais difícil correr atrás do prejuízo’, afirma”.

Leia os Destaques da Imprensa de hoje no site da APEOP – www.apeop.org.br

INFORME APEOP é produzido pela Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas.

Presidente: Luciano Amadio Filho. Vice-Presidente Adjunto: Carlos Zveibil Neto. Vice-Presidentes: Carlos Armando G. Paschoal, Marcos Prado Borsari, Reinaldo José Kalil Assad, Antonio Viesti, Carlos Alberto M. dos Santos, Roberto Scofield Lauar, José Eduardo da Costa Freitas, Márcio Guedes P. Leite, Marco Antonio Botter, Osvaldo Garcia.

Coordenação Editorial: Carlos Eduardo L. Jorge. Contato: fone (0xx11) 3121.0000 - fax (0xx11) 3121.0009 - e-mail: apeop@apeop.org.br - Home-page www.apeop.org.br.